
FÓRUM NACIONAL

Degração de intervenção oral feita no Fórum Nacional coordenado pelo ministro João Paulo dos Reis Veloso. Sede do BNDES, no Rio de Janeiro, setembro de 2006.

César Benjamin:

Boa tarde a todos e todas. Agradeço pela presença. Agradeço especialmente ao Ministro João Paulo, um homem que há muitos anos desenvolve esse esforço de manter aceso um debate qualificado sobre o Brasil.

Todos nós temos vinte minutos, que é um tempo muito exíguo, e isso coloca a necessidade de efetuar cortes dramáticos na abordagem. Optei por dar quase um depoimento pessoal, pois estou vivendo uma experiência inusitada: embora tenha uma participação política razoavelmente longa, nunca me expus à condição de candidato. Pela primeira vez fui capturado por essa condição, de maneira surpreendente para mim, ao receber o convite para assumir a posição de vice-presidente na chapa da senadora Heloísa Helena.

As pessoas que me conhecem sabem que sempre fui otimista em relação ao Brasil. No entanto, saio angustiada da campanha, e isso não tem a ver com o resultado eleitoral. Trabalho hoje com a hipótese preocupante de que estejamos nos transformando em um país de vontade fraca. É isso que me deixa mais assustado. Todos nós que estamos nessa sala, e os brasileiros em geral, precisamos nos comprometer com um imenso esforço de repensamento do Brasil.

* * *

A crise brasileira é extremamente grave neste início do século XXI. Não é a primeira vez que o Brasil se vê em situações desse tipo. Em outros episódios da nossa história, gerações fizeram esforços de pensamento muito consideráveis, e isso foi decisivo para que o Brasil caminhasse. Muitas questões, que elas enfrentaram, estão recolocadas hoje. Qual é o sentido de existir Brasil? O que nos une? Por que perdemos a capacidade de nos desenvolver? Já são praticamente 25 anos, uma geração inteira nunca viu o Brasil se desenvolver. Não pode ser culpa de um governo, de uma pessoa, de um partido. É preciso decifrar esse enigma.

Que desenvolvimento nos interessa e quanto esforço ele exige? Pois não basta querer o desenvolvimento; é preciso estar disposto a fazer o esforço necessário para merecê-lo. Nós queremos nos autogovernar? Isso pode parecer óbvio, mas não é, porque nos autogovernar tem custos. A pergunta que está implícita aí é se nós estamos dispostos a pagar os custos da opção por nos autogovernar.

* * *

Todos temos que fazer um esforço para recolocar questões fundamentais. O Brasil atual procura mais atalhos e contornos do que soluções. Está submetido à tirania de curto prazo. Não vem conseguindo encarar os seus desafios históricos neste início do século XXI.

Trabalhei em programa de governo, como outros aqui, e todos nós temos que olhar muitas questões. Darei apenas três exemplos do que eu quero dizer. A Sonia Rocha fez uma exposição sobre mercado de trabalho. Quero agregar um outro dado, aos que ela nos mostrou. Desde o ano 2000 até hoje, em seis anos, 64% dos postos de trabalho criados no Brasil pagam até um salário mínimo; 85% pagam até um salário e meio; a partir daí o número decai, e quando chegamos ao limiar de três salários mínimos

o saldo passa a ser negativo. Isso quer dizer que em seis anos o Brasil, em termos líquidos, não criou nenhum emprego com rendimentos acima de três salários mínimos. Quando olhamos o Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho, verificamos que tipo de emprego estamos gerando: há um enorme concentração em empregos domésticos, motoboys, vigilantes e balconistas.

Com todo respeito a essas pessoas, esta é uma informação qualitativa da maior importância para pensar o Brasil contemporâneo, pois indica que nossa economia perdeu a capacidade de absorver trabalho qualificado. Isso, no século XXI, é uma informação dramaticamente importante. Aquelas pessoas que vimos no gráfico que a Sonia Rocha mostrou, que têm onze anos de escolaridade e estão conseguindo alguns empregos, recebem um salário mínimo. Existe o lado da oferta de força de trabalho e existe o lado do tipo da demanda: nossa economia não demanda mais trabalho qualificado.

Encarar a questão do trabalho qualificado, que é o trabalho que gera maior remuneração, é difícil. Preferimos, então, não encará-la. A nossa resposta à questão da renda é o Programa Bolsa-Família, que, evidentemente, opera na superfície do problema: fazemos uma distribuição residual e empurramos o problema para frente.

* * *

Vamos a um segundo exemplo: infra-estrutura. Participei de dois debates recentes na área de energia. O que se discute hoje é se poderá haver novo apagão em 2009, como diz o Operador Nacional do Sistema (ONS), ou 2010, como diz o Ministério de Energia, ou 2011, como dizem os mais otimistas. Isso dependerá inclusive do ritmo de crescimento do PIB: quanto menor for o crescimento da economia, mais conseguiremos adiar uma nova crise energética.

Olhemos os transportes. Somos um país de 8,5 milhões de

quilômetros quadrados, e 75% da carga que trafega no Brasil, com exceção do minério de ferro, passa por rodovias. A malha rodoviária é um patrimônio nacional de valor inestimável: quase tudo trafega sobre ela. Historicamente, a conservação da malha exige 0,6% do PIB. O governo Fernando Henrique aplicou 0,3%, o governo Lula 0,1%. A malha se deteriorou fortemente. Não estou dizendo isso para fazer críticas a um ou outro governo, não estou aqui preocupado com questões eleitorais. A que questão de fundo isso nos remete? À difícil questão da capacidade de investimento do setor público. Ela é que está por trás da deterioração da infra-estrutura. Mas essa é uma questão difícil, e, justamente por isso, preferimos não enfrentá-la. No ano de eleições, fazemos uma operação tapa buraco.

* * *

Quando olhamos para a educação, vemos uma situação talvez mais dramática. É o meu terceiro exemplo. Houve um avanço importante nos últimos anos, em nível internacional, no desenvolvimento de metodologias de avaliação de sistemas educacionais, que não é uma coisa trivial. De alguns anos para cá, tanto no Brasil quanto no mundo, passamos a ter resultados de diferentes pesquisas de avaliação desses sistemas. Os resultados são coerentes e repetitivos. Trazem a mesma informação: o sistema educacional brasileiro está em colapso. O MEC fez uma avaliação e conclui que 54% das crianças terminam a quarta série do primeiro grau sem saber ler e escrever, que é uma meta que deveria ser alcançada na primeira série. O INAF fez uma pesquisa por amostragem, estatisticamente significativa, e encontrou 74% de brasileiros adultos analfabetos funcionais. A OCDE fez uma pesquisa em 31 países, sobre a qualidade de sistemas educacionais, e o Brasil ficou em 31º lugar. Resultados desse tipo saem, saem, saem, se confirmam uns aos outros, não são questionados, e nós aceitamos conviver tranqüilamente com eles. Não reagimos.

Mais uma vez, estamos diante de uma questão fundamental, que não nos mobiliza: que padrão civilizatório desejamos que o povo brasileiro alcance? Reparem que não me refiro aqui a uma questão especificamente econômica, de propósito, pois considero que o direito à educação transcende e ultrapassa a dimensão econômica, embora tenha relação com ela. Um povo que constrói para si um alto padrão civilizatório também será capaz de edificar uma economia moderna, pelo simples fato de que esse tipo de economia é uma das expressões de um certo grau de civilização.

A Sonia Rocha falou aqui sobre o segundo grau. O Márcio Pochman tem um trabalho muito interessante, em que ele pega a situação atual do ensino médio no Chile e se coloca a seguinte questão: qual teria de ser o esforço do Brasil para, em dez anos, atingir a posição do Chile hoje? Reparem que a meta do Pochman não é lunática: ele pegou um país sul-americano (o PIB do Chile é igual ao PIB do estado do Rio de Janeiro), um país pobre, e falou em alcançá-lo em médio prazo... O resultado a que chegou é o seguinte: para ser um Chile no ensino médio, em dez anos, o Brasil teria que criar 5,7 milhões de novas vagas, formar 510 mil professores, constituir 120 mil turmas e construir 49 mil salas de aula.

Nenhum candidato seria capaz de dizer que fará isso, nem em um nem em dois mandatos. Esses números soam monumentais. Situam-se fora do nosso horizonte de expectativas. Mas precisamos dizer claramente: estamos falando do mínimo. Não é menos do que isso que o Brasil tem que fazer... para ser um Chile daqui a dez anos!

* * *

Dei esses exemplos para sugerir uma hipótese perturbadora: **nós nos transformamos em um país de vontade fraca**. Construir uma nação é muito difícil. Demanda um esforço extraordinário. Só se constroem as nações que se dispõem a enfrentar esse tipo de desafio: capacidade de investimento em alto grau, qualificação do trabalho, formação de centenas

de milhares de professores. Desenvolver-se é fazer isso em larga escala! Nós perdemos essa perspectiva. Debatermos ninharias, insignificâncias, falsificações.

Estamos terminando uma campanha eleitoral em que, como regra geral, o povo é infantilizado e os candidatos disputam quem é capaz de fazer mais caridade. Os candidatos tentam cativar os eleitores, mostrando que os problemas individuais de cada um serão atendidos, o que só nos distancia da idéia de um projeto.

Eis o meu desabafo: não estou vendo onde está o ponto de Arquimedes para colocar a alavanca do desenvolvimento brasileiro. Nosso debate intelectual está frágil, nosso sistema político passa ao largo das questões relevantes e é incapaz de sustentar, no tempo, decisões coerentes. O Brasil perdeu aquilo que Keynes chamava o “espírito animal” – *animal spirits*, quer dizer, a vontade.

Lembro-me agora da tese que Inácio Rangel defendeu na Cepal em 1954, exatamente sobre o desenvolvimento brasileiro. Ele começa dizendo mais ou menos assim: “O desenvolvimento é mau para os povos que decidem por ele. Ninguém pense que um processo de desenvolvimento é fácil, é uma brincadeira! Só povos que, em certo momento da sua história, se dispõem a pagar um alto preço, a fazer grande sacrifício e grande esforço, têm direito ao desenvolvimento.” Acho que foi essa a capacidade que perdemos.

* * *

Saio dessa campanha angustiado. No sistema político brasileiro atual, forças de natureza supranacional, representantes dos rentistas, controlam o Ministério da Fazenda e o Banco Central, e com isso comandam as políticas monetária, fiscal e cambial, e o orçamento da União. Forças de natureza subnacional se expressam no Congresso: temos lá a bancada do agronegócio, a bancada das escolas privadas, a bancada da construção

civil - não me refiro às bancadas dos partidos, que são ficções. A política brasileira é um permanente acordo entre esses dois níveis, o supranacional e o subnacional. Os elementos supranacionais comandam, mas pedaços do Estado brasileiro são dados em concessão a forças subnacionais. O povo pobre, que vota a cada quatro anos, recebe políticas compensatórias e tem-se mostrado acomodado a elas.

Minha angústia é: quem defende os interesses da Nação? Os interesses dos rentistas estão muito bem defendidos. Os interesses dos *lobbies*, das corporações subnacionais, também se expressam e obtêm êxitos. O povo pobre não está completamente esquecido. Mas, e os interesses estratégicos da nação? Quem os garante? Hoje, infelizmente, ninguém.

É preciso desfazer a confusão entre política e caridade. Eu não quero que o governo brasileiro faça caridade. Quero que o governo brasileiro ajude a construir uma Nação. São coisas completamente diferentes.

Muito obrigado.